

Considerações sobre a Reprodução das Relações Sociais e a Produção do Espaço no Pensamento de Henri Lefebvre

Considerations about the Reproduction of Social Relations and the Production of Space in Henri Lefebvre's thought

Mónica Brun Beveder*

Resumo

O objetivo deste artigo é levantar aportes para o debate acerca da reprodução das relações sociais capitalistas partindo das contribuições que Henri Lefebvre tem concedido ao pensamento marxista. Nesse sentido, nossa principal preocupação está concentrada na discussão acerca da centralidade da dimensão do espaço – esfera essencial para a reprodução social capitalista e, ao mesmo tempo, produto das relações sociais de produção. Assim, a questão geral que nos colocamos neste artigo refere-se ao lugar que o espaço ocupa na reprodução das relações sociais de produção no capitalismo de acordo com o pensamento lefebvriano.

Palavras-chave: reprodução das relações sociais; produção do espaço; reprodução capitalista.

Abstract

The purpose of this article is to raise contributions to the debate about the reproduction of capitalist social relations from the contributions that Henri Lefebvre has granted to Marxist thought. In that sense, our main concern is focused on the discussion about the centrality of the space dimension – an essential sphere to capitalist social reproduction and, at the same time, a product of the social relations of production. Thus, the general issue we raise in this article refers to the place that the space occupies in the reproduction of social relations of production in capitalism according to Lefebvre's thought.

Keywords: reproduction of social relations; production of space; capitalist reproduction.

* Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ.

O estudo sobre a reprodução das relações sociais de produção e sua conexão com a produção do espaço no pensamento de Henri Lefebvre implica uma análise de seu esforço intelectual no sentido da retomada da dialética e de suas contribuições no campo do método dialético materialista. Por essa razão, buscaremos, nos limites deste artigo, dar conta dos principais aspectos metodológicos na obra do marxista francês para a compreensão de seu conceito de re-produção das relações de produção e de sua teoria da produção do espaço.

Nossa análise parte, portanto, dos principais elementos do método materialista dialético como expostos pelo próprio Lefebvre, pois é contra o esvaziamento da dialética no marxismo que o autor irá orientar suas reflexões teóricas. Nesse sentido, cumpre adiantar que a retomada da dialética pelo pensador francês se deu pela releitura de Hegel e dos escritos conhecidos como filosóficos de Marx. Este estudo específico dos elementos metodológicos no pensamento lefebvriano se deve ao entendimento de que é a partir do resgate da dialética e de uma leitura e estudo aprofundados do método sociológico de Marx que Lefebvre constrói seu conceito de re-produção das relações sociais, conferindo-lhe centralidade para a compreensão da sociedade capitalista em sua “nova” fase e articulando-o à sua teoria da produção do espaço. Desta forma, na primeira parte deste artigo serão apresentados os principais pressupostos metodológicos que configuraram o retorno à dialética, formando a base para a construção do pensamento de Lefebvre.

Num segundo momento, o artigo versará sobre os principais aspectos do que chamamos “o método de Henri Lefebvre”, o método progressivo-regressivo, de caráter essencialmente dialético e histórico. Este breve escrito sobre o método de Lefebvre objetiva apontar para as contribuições lefebvrianas à questão do método, destacando a centralidade do tempo histórico em sua obra e contribuindo para um entendimento qualificado sobre a teorização que nos propomos analisar posteriormente. Podemos antecipar, de maneira extremamente simplificada, que o método progressivo-regressivo contribuiu para a análise das contradições da sociedade como fruto de relações sociais historicamente determinadas, compreendidas, porém, a partir de sua atualidade e concretude, considerando a simultaneidade dos tempos históricos numa mesma realidade e as tensões e conflitos decorrentes dessa combinação tempo-espacial.

Após a apresentação dos aspectos metodológicos que irão nortear a produção intelectual de Lefebvre sobre o tema aqui proposto, teceremos considerações sobre a reprodução das relações sociais capitalistas e, portanto, sobre o conceito de re-produção das relações de produção, prosseguindo com uma exposição acerca da produção do espaço e a teoria sobre este processo no pensamento de Lefebvre. Para ele, não se trata mais do *que* se produz *no* espaço, mas *como* e *quem* produz o espaço. Nesse sentido, cada sociedade produz seu próprio espaço e nele se produzem e reproduzem as relações sociais. A concepção de totalidade

aberta – em oposição à totalidade fechada –, a centralidade do elemento da *práxis*, da contradição e da simultaneidade serão retomados nesta parte do artigo, evidenciando a conexão necessária entre teoria e método no pensamento de Lefebvre.

A esta altura, vale mencionar que nosso esforço orienta-se no sentido de buscar os elementos de análise na própria obra de Lefebvre, ou seja, no ensejo de realizar um estudo vertical de sua produção intelectual, dedicamo-nos somente aos escritos do autor, limitando-nos a poucas, porém valiosas, exceções. Certamente, nos limites de um artigo como este, deixamos de abordar temas e problemáticas de suma importância e riqueza. No entanto, não foi nosso intuito esgotar a temática proposta nem muito menos alcançar a totalidade da complexa e rica obra de Henri Lefebvre.

A Retomada da Dialética e a Dialética Materialista no Pensamento de Lefebvre

No prefácio escrito em 1961 à quinta edição francesa de *O Materialismo Dialético* (1999), publicado primeiramente em 1939, Henri Lefebvre descreve o “pequeno livro” como um momento da luta na tradição marxista e fora dela entre os dogmáticos e os críticos do dogmatismo. O marxismo no período stalinista empreendeu uma perseguição teórica¹ aos escritos de caráter filosófico de Marx (as obras da juventude que, por serem anteriores ao “descobrimento” do materialismo por Marx, foram desvalorizadas e desqualificadas), esvaziando a dialética e negando a influência de Hegel em seu pensamento. O esvaziamento do sentido da dialética significou uma simplificação do marxismo e do materialismo, reduzidos ao mecanicismo e determinismo pela compreensão das leis da dialética como leis da natureza (Lefebvre, 1999, p. 4). A proposta de Lefebvre no livro referido é a de apresentar um retorno à dialética e um retorno a Marx, o que implica uma releitura tanto da obra marxiana² – especialmente dos escritos de sua juventude – quanto uma retomada da dialética hegeliana.

Certamente não temos a pretensão de abarcar em sua totalidade a obra de Lefebvre, especificamente no que diz respeito à temática da dialética materialista, e muito menos esgotar o debate sobre a questão do método. Nosso objetivo, nesta primeira parte do artigo, consiste em analisar os principais elementos metodológicos que Lefebvre apresenta, no caminho para a compreensão da impor-

¹ Cabe ressaltar que nesse período a perseguição foi também política, expressando-se na expulsão dos partidos comunistas, no exílio, na prisão e no assassinato de marxistas que se opunham ao stalinismo.

² Segundo José de Souza Martins, Lefebvre “construiu interpretação diversa e menos formal da questão do método do autor alemão” (2011, s/p).

tância destes aspectos para a apreensão das relações sociais e dos conflitos velados no espaço.

Lefebvre inicia o livro sobre o materialismo dialético apresentando a dialética hegeliana, para depois refletir sobre ela, tecendo críticas com base na dialética materialista de Marx. No pensamento de Hegel, a lógica dialética estabelece-se como a superação³ da lógica formal. Nesta última, a contradição, o conflito, não é constitutivo do ser e, portanto, o ser afirma-se pela identidade, pela sua relação com o igual, a partir da ideia de uma não-oposição. Assim, pelos procedimentos da lógica formal, as contradições são eliminadas do real, sendo transportadas para o espírito sem serem resolvidas (Ibidem). Se para a lógica formal, “o ser é o que é e jamais outra coisa” (Ibidem, p. 12, tradução nossa⁴), toda ideia é ou absolutamente falsa ou absolutamente verdadeira, não se admitindo as contradições, tanto no real quanto no pensamento.

Para a lógica dialética, ao contrário, o ser sem contradições é produto de um pensamento abstrato. Por essa razão, a dialética afasta-se da lógica formal, buscando fora deste esquema de pensamento a ontologia do ser. Hegel propõe, portanto, a lógica dialética *a partir* da lógica formal, não rompendo com esta, mas a superando.

A dialética não se funda numa cisão entre o pensamento e o real, mas, na verdade, restabelece a articulação entre forma e conteúdo, partindo do conteúdo que é percebido como rico e contraditório, ou seja, partindo do real⁵. Há, portanto, uma “consciência da unidade infinitamente rica do pensamento e do real, da forma e do conteúdo, unidade necessária, implicada nos conflitos internos do pensamento” (Ibidem pp. 12-13). Deste modo, o Terceiro Termo, a síntese, é possível pelos conflitos internos do próprio pensamento, o que significa que ela não está dada *a priori*, mas emerge do movimento dialético. Voltaremos à questão da síntese mais adiante.

Um dos primeiros aspectos, do ponto de vista metodológico, levantados por Lefebvre acerca do problema que Hegel se colocou refere-se à questão da importância do elemento da negatividade no pensamento. Segundo o pensador marxista, Hegel preocupou-se em integrar ao pensamento a arte da discussão e da controvérsia, por estas terem a virtude de introduzir a dúvida, a antinomia, quebrando o absoluto. Nas palavras de Lefebvre,

³ Nos referimos à superação no sentido hegeliano do termo (*Aufhebung*): guardar (ou conservar) e, ao mesmo tempo, “fazer cessar” (Hegel *apud* Lefebvre, 1999, p. 19).

⁴ É importante mencionar que optamos por traduzir as citações pequenas inseridas no conteúdo de nosso texto, deixando no idioma espanhol as citações que excedem o número de três linhas, ficando, portanto, destacadas e separadas do texto.

⁵ De maneira simplificada, podemos dizer que a lógica formal parte da forma e desconsidera o conteúdo; a lógica dialética articula forma e conteúdo numa unidade dialética.

Confrontando la tesis, el pensamiento busca espontáneamente una unidad superior. Cada tesis es falsa por aquello que afirma de manera absoluta, pero verdadera por aquello que afirma relativamente (su contenido); y es verdadera por lo que niega relativamente (por su crítica bien fundada de lo otro) y falsa por lo que niega absolutamente (su dogmatismo) (Ibidem, p. 14).

Entretanto, o sofismo – a dialética baseada na arte da discussão – é superado por Hegel, que parte dele para construir seu sistema filosófico. A lógica dialética baseia-se na discussão, mas como técnica orientada para a análise do movimento do real, em sua riqueza e contraditoriedade, buscando uma unidade superior (a síntese) e não se limitando à decomposição das proposições postas em conflito. Assim, a tese e a antítese já existem na dialética sofista. O que Hegel apresenta de novo é o terceiro termo: a síntese (Ibidem, p. 16).

No pensamento dialético estabelece-se a conexão entre a forma e o real, este último compreendido como um processo, como movimento e mudança. De fato, a verdade é concebida como unidade entre forma e conteúdo (Ibidem, p. 32). Isso significa que a forma da lógica formal é transformada com a sua superação pela lógica dialética, que concede primazia ao conteúdo, concreto, rico de determinações e contraditório. Por isso, para a fenomenologia de Hegel é necessário “arrancar o véu da vida substancial” (*apud* Lefebvre, 1999, p. 15, *tradução nossa*), da vida sensível. Vale salientar que no marxismo isso somente é possível através da *práxis*, enquanto que para Hegel efetiva-se por meio da *Razão* e da lógica dialética. Nesse sentido, para a dialética, “a contradição deixa de ser uma relação definida logicamente, unívoca e ainda metafísica, para se tornar uma relação real, de que a dialética é a expressão e o reflexo” (Lefebvre & Guterman, 2011, p. 20)

Não existe ser – objeto concreto – sem “duas determinações opostas e necessárias” (Lefebvre, 1999, p. 15), isto é, sem contradição. Portanto, o elemento da contradição ocupa um lugar e uma função importante na apreensão do real assim como no próprio real, ou seja, “a *contradição* existe nas coisas e só existe nas consciências e no pensamento porque existe nelas” (Lefebvre & Guterman, 2011, p. 21, grifos dos autores). Segundo Hegel, é pela violência que a contradição é suprimida; uma das determinações que compõe a contradição triunfa sobre a outra, eliminando a contradição por uma abstração do pensamento. No entanto, a determinação mantida contém nela a determinação oposta (é a negação, o “momento negativo”), mas não é mostrada. A negação é, desse modo, motor e expressão do movimento, é início de novas determinações, pois contém em si as determinações anteriores e as que se evidenciam no momento negativo. Por este movimento, na dialética hegeliana, a contradição revela-se. Por isso, a negatividade em Hegel é elemento criador, é fonte de novas determinações, “raiz do movimento, pulsação da vida” (Lefebvre, 1999, p. 18).

O enriquecimento das determinações, possível pela negação, e a superação desta negação resultam na síntese, que joga luz sobre os elementos ou termos em contradição. Entre dois termos opostos não há apenas uma contradição que os coloca em uma relação de exteriorização, mas, ao mesmo tempo, cada termo está implicado no outro, sendo um inerente ao outro. Assim,

A unidade dos contrários não é apenas interpenetração conceitual dos termos ou dilaceramento ideal: é conflito, é choque, relação viva na qual os contrários se produzem e se mantêm um e outro em sua própria luta, até a vitória de um deles ou até a mútua destruição (Lefebvre & Guterman, 2011, p. 20).

A síntese não apenas elucida os elementos em contradição, relacionando-os, mas também supera a oposição, criando o novo. O terceiro termo, portanto, estabelece a unidade pela superação das contradições, ou seja, conserva as contradições ao mesmo tempo em que as ultrapassa. Para Lefebvre,

El movimiento es así Superación. Toda realidad, todo pensamiento debe ser sobrepasado por una determinación más elevada que lo envuelva como contenido, aspecto, antecedente, elemento, es decir, como Momento, en el sentido hegeliano y dialéctico de esta palabra (1999, p. 20).

Destarte, a totalidade, em seu sentido dialético, é o conjunto de momentos, de determinações no movimento do real. A hipostasia de um desses momentos no pensamento, em detrimento do outro, significa a negação ou a eliminação do movimento dialético. Por essa razão, a contradição e a negação são relativas e não absolutas, pois se inserem num determinado momento do movimento do real.

Esse movimento, é importante ressaltar, é constituído por continuidades e descontinuidades. É unidade do contínuo e do descontínuo. Nesse sentido, o devir é movimento, é

desarrollo contínuo (una evolución) y al mismo tiempo está jalonado de saltos, de mutaciones bruscas, de confusión. Es al mismo tiempo involución, puesto que arrastra y retoma aquello de donde partió, formando algo nuevo. Ningún devenir es indefinidamente rectilíneo (Lefebvre, 1999, p. 27).

Na dialética hegeliana, o devir é resultado do movimento da Ideia, do Espírito, do Saber absoluto. Assim, o motor da superação do real está, para Hegel, na ideia, que apreende as contradições, resolvendo-as em si mesma. A rigor, o devir

hegeliano é absoluto e revela sua crença no progresso pela resolução dos conflitos no movimento (dialético) do próprio pensamento. Desse modo, a totalidade, para o filósofo alemão, é fechada, pois

o organismo social e humano é tomado como um todo definido de uma vez por todas e sujeitado e mantido em quadros apriorísticos que assinalariam a cada domínio seu lugar, sua forma e seu conteúdo (Lefebvre & Guterman, 2011, p. 2).

Por isso Lefebvre afirma que na dialética de Hegel toda contradição desaparece, de uma vez, diante do Espírito (1999, p. 28). Para Hegel, a Ideia, o Espírito, o Saber absoluto são a síntese e, ao mesmo tempo, o princípio. O pensamento dialético hegeliano é, portanto, um sistema fechado, circular, acabado, absoluto, e este é um dos aspectos essenciais da crítica à dialética hegeliana apresentada por Lefebvre com base no método materialista dialético de Marx.

Na dialética materialista, o devir encontra-se no terreno da ação, da prática; faz parte, portanto, do movimento do real e não se reduz a operações no âmbito do pensamento. A dimensão da *práxis* ocupa um lugar central na dialética materialista e na apropriação que dela faz Lefebvre. Para ele, “a razão nasce da prática, do trabalho e de sua organização, da produção e da reflexão inerente à atividade criadora considerada em toda a sua ampliação” (Lefebvre, 1991, p. 21). A síntese, portanto, não é ideal nem abstrata; seu sentido é, ao contrário, histórico e prático. Destarte,

El Tercer Término es entonces la solución práctica a los problemas planteados por la vida, a los conflictos y contradicciones nacidos de la práctica y experimentados practicamente. La superación se sitúa en el movimiento de la acción, no en el tiempo puro del espíritu filosófico (Lefebvre, 1999, pp. 74-75).

Enquanto Hegel concebe a totalidade como fechada, acabada, absoluta, para Marx e Lefebvre a totalidade é aberta, mutável e em movimento, composta por outras totalidades abertas que se relacionam entre si e influenciam-se mutuamente. Segundo Lefebvre, “toda realidade é uma totalidade, una e múltipla, dispersa e coerente, aberta sobre seu devir, ou seja, sobre seu fim” (Ibidem, p. 77). Assim, o todo não é apenas a soma das partes. Ademais, a totalidade aberta corresponde à ideia do devir como momento concreto, como movimento e como possibilidade aberta para a *práxis* humana, o que significa que a síntese não está dada na tese nem pela Ideia. Ao contrário, para a dialética materialista

o homem se desenvolve encontrando a solução dos problemas colocados pela sua própria atividade viva e prática, criando continua-

mente novas obras, avançando sobre os incidentes de um devir complexo, não linear, permeado por revoluções, regressões parciais ou aparentes, estagnações, saltos à frente, desvios (Lefebvre & Guterman, 2011, p. 38).

Nesse sentido, “a dialética materialista coloca a atividade prática na base do conhecimento como relação do sujeito e do objeto” (Ibidem, p. 42). Na dialética hegeliana a base desta relação está na Razão absoluta, que resolve as contradições e conflitos do real no plano ideal. Por esta razão, para Hegel a superação da alienação ocorre no plano da consciência, que toma conhecimento de si mesma a partir de um distanciamento do mundo real. Por conseguinte, a superação no plano ideal deixa intacto o plano real (Lefebvre, 1999, p. 43). Pela formulação do materialismo histórico, Marx chega à concepção da superação da alienação como resultado da *práxis*, pois se trata de uma alienação real do homem real e concreto. A consciência, pela sua determinação materialista, é um produto social, resultado da atividade humana sensível. Desta forma, a superação da alienação não é possível apenas pela tomada de consciência, uma vez que esta decorre de condições materiais e é determinada pela prática.

Lefebvre é certo quando diz que, no materialismo dialético, o idealismo e o materialismo encontram-se não apenas reunidos, mas transformados e superados. Ao materialismo histórico, formulado a partir da interlocução e crítica ao pensamento de Feuerbach, agrega-se o método dialético que, partindo de determinações econômicas, “perde a forma idealista e abstrata sem desaparecer” (Ibidem, p. 58).

A dialética materialista, em suma, une o pensamento ao conteúdo do real, que tem primazia sobre a forma no processo de conhecimento. De acordo com a concepção materialista da história, o real é resultado da prática humana, que se estabelece nas relações sociais, e por isto o pensamento é social e historicamente determinado. Ademais, o método dialético materialista consiste na apreensão do movimento do real, reproduzindo este movimento no plano das ideias, buscando desenvolver leis e tendências de desenvolvimento do objeto estudado.

O Método de Henri Lefebvre

Vimos, de maneira sucinta, em que consiste a crítica à dialética hegeliana pela via do materialismo, e a superação desta e do “materialismo vulgar” para a formação do método materialista dialético. Buscamos ressaltar em nossa breve exposição os elementos ou aspectos principais da dialética que Lefebvre irá desenvolver e aprofundar em seus estudos e teorizações.

No entanto, o marxista francês não limitou seus estudos à retomada da dialética e à releitura de Marx. Lefebvre foi um dos marxistas que compreendeu que a obra marxiana deveria ser sempre revista, reanalisada, de maneira a extrair dela

as suas contribuições em contextos sócio-históricos distintos daquele no qual Marx viveu e analisou. De fato, a própria dialética permite este tipo de compreensão das limitações do pensamento e, portanto, das formações do pensamento. Quando a dialética não é pensada dessa forma ou não abre caminho para esse entendimento, o pensamento torna-se dogmático, absolutizado, deixa de ser um pensamento dialético. Como diz Lefebvre, “o materialismo dialético não pode ser mais que um instrumento de pesquisa e de ação, jamais um dogma” (1999, p. 78).

Por outro lado, a dialética analisa o movimento do real e, por ser movimento, é mudança constante. A realidade não é estática e, por essa razão, o pensamento que busca se apropriar dela deve dar conta do movimento, sendo, portanto, relativo. Estamos de acordo com Lefebvre, então, quando assevera que

La exposición del materialismo dialéctico no pretende poner fin al progreso del conocimiento y presentar una totalidad cerrada de la cual todos los sistemas anteriores no hubieran sido más que expresiones inadecuadas. Sin embargo, con la toma de conciencia moderna de la potencialidad humana y del problema del hombre, la limitación del pensamiento cambia de carácter. Ninguna expresión del materialismo dialéctico puede ser definitiva; pero en lugar de ser incompatibles y de combatirse, esas expresiones podrán posiblemente integrarse en una totalidad abierta, en vías de contínua superación, y ello en la misma medida en que expresen las soluciones a los problemas que se plantean al hombre concreto (Ibidem, p. 77).

Lefebvre buscou, em sua trajetória intelectual, empreender estudos que contribuíssem para uma atualização, uma revisão da obra de Marx e para o retorno à dialética. Evidentemente, Lefebvre compreendia que tampouco o pensamento que põe em relevo as contradições contidas no real pode escapar do contraditório.

Em seus escritos sobre Sociologia Rural (1986a e 1986b), Lefebvre apresenta o método progressivo-regressivo, que não se afasta da dialética mas, ao contrário, torna-a mais densa. Este método, portanto, não apenas parte da dialética como é atravessado por ela, sendo dela também indissociável.

Diante da problemática da realidade rural – a qual o autor concebe como condensação e fruto de uma dupla complexidade: horizontal e vertical (ou histórica) –, Lefebvre formula o método constituído por três elementos ou etapas: o momento *descritivo*, o *analítico-regressivo* e o *histórico-genético*. Este método busca apreender as diferentes temporalidades contidas num objeto analisado no tempo presente, evidenciando a articulação entre passado-presente-futuro, como tempos que coexistem num mesmo espaço, num mesmo momento.

A riqueza e importância deste método apresenta-se sob vários aspectos. Primeiramente, por óbvio, destacamos a negação da concepção linear e evolutiva da história, em favor de uma visão da história como um fluxo composto de continuidades e descontinuidades, permanências e rupturas, saltos, conflitos. O elemento da contradição apresenta-se neste método de maneira profunda e clara. Diferentes temporalidades históricas não podem coexistir sem haver conflito, tensão e, inclusive, antagonismo (Lefebvre, 1986a, p. 165). Por outro lado, no método progressivo-regressivo encontra-se forte a concepção da totalidade aberta, onde o futuro compõe o presente como uma possibilidade, como potência. Ademais, com este método Lefebvre reforça o aspecto que é a base da dialética: o movimento; se o real é movimento, dinâmico e mudança, os tempos históricos combinam-se, agindo uns sobre os outros.

É importante ressaltar que a consideração das diferentes temporalidades num mesmo objeto ou processo não significa a negação da necessidade do pensamento partir do presente para a análise. Porém, a concepção de coexistência de diferentes temporalidades históricas é uma forma de evidenciar e compreender o que o objeto carrega do passado e as possibilidades para o futuro pela apreensão das múltiplas determinações que nele estão contidas. O concreto, nos lembra Lefebvre, está carregado de “determinações, contendo e mantendo uma multiplicidade de diferenças e de momentos” (1999, p. 22). Assim, a simultaneidade dos tempos históricos, percebida no presente, evidencia e põe em relevo contradições que, sem esta consideração, estariam ocultadas ou naturalizadas.

Daí a necessidade, para Lefebvre, de uma articulação entre Sociologia e História para analisar os processos – movimento e mudança – em sua imensa complexidade. O estudo histórico-sociológico, assim, permite captar a historicidade do objeto diminuindo ou eliminando a possibilidade de naturalização dos processos ou fenômenos estudados. De fato,

Para quem não analisa, o passado vem, muitas vezes, se perder, se mostrar num presente inteiramente presente e aparentemente dado, ou em um bloco anacrônico e fora de uso. Daí o caráter, ao mesmo tempo, difícil e recente da sociologia rural, ciência do atual que não pode prescindir da história, pois aqui, como lá e acolá, *o histórico persiste e age sobre o atual* (Lefebvre, 1986a, pp. 145-146, grifos nossos).

Além disso, esta conexão entre História e Sociologia contribui para o alcance dos elementos ou aspectos que estão subordinados, joga luz sobre o que se encontra na clandestinidade, possibilitando que o pensamento não se detenha no que é dominante, inteligível. Revela, portanto, o conteúdo, indo além da forma, e estabelecendo um diferencial na relação sujeito/objeto que supera a abordagem empírica. Cumpre ressaltar que, para Lefebvre, isto não conformaria uma

absorção da Sociologia pela História, visto que é papel do sociólogo “primeiramente constatar e analisar para depois explicar” (Lefebvre, 1986b, p. 171); em outros termos, o sociólogo deve se apropriar da História “como uma ciência subordinada e auxiliar para o estudo do processo social em seu conjunto” (Ibidem, p. 171).

Mas, afinal, em que consiste o método de Lefebvre? Como dito, o método progressivo-regressivo é composto por três momentos diferentes. O *momento descritivo* compreende justamente a descrição empírica do objeto no tempo presente, porém, é uma descrição “munida da experiência e de uma teoria geral” (Ibidem, p. 173) que informa e orienta este processo. Evidentemente, o método de Lefebvre não pode ser puramente descritivo e empírico e por isso compõe-se de outros dois momentos que irão dar conta da “densidade histórica” (Ibidem) dos objetos descritos. O *momento analítico-regressivo* refere-se à análise do que foi descrito, considerando o que há de histórico e datado no objeto, e configura, assim, um retorno ao tempo passado como forma de apreender os aspectos historicamente determinados na realidade descrita. Finalmente, o *momento histórico-genético* consiste no “estudo das modificações desta ou daquela estrutura previamente datada, causadas pelo desenvolvimento ulterior (interno ou externo) e por sua subordinação às estruturas do conjunto” (Ibidem, p. 173). Este estudo “retorna ao presente”, agora alimentado das determinações sobre a gênese e o desenvolvimento do objeto, detectadas pela análise regressiva.

Torna-se claro, a este ponto, que o método de Lefebvre, totalmente imerso na dialética, permite captar a “lei do desenvolvimento desigual de formas análogas e de interação dessas formas (que coexistem em diferentes etapas de sua vida)”, considerada por ele como “uma das grandes leis da história” (1986a, p. 161). Esta lei implica também o desenvolvimento combinado de formas e estruturas com temporalidades distintas que não apenas se articulam como também conflitam entre si. Destarte, pode-se dizer que a lei do desenvolvimento desigual e combinado⁶, que põe em um novo patamar o problema destacado por Lefebvre sobre a sucessão das formas de comunidade rural, é fortalecida e evidenciada pelo método progressivo-regressivo.

Em suma, o método progressivo-regressivo tem, para Lefebvre, o mérito de orientar uma análise que parte do presente, identifica e descreve as determinações e os elementos em contradição na realidade estudada, retornando ao passado para a apreensão da gênese e dos determinantes das estruturas e processos

⁶ Sobre a lei ou teoria do desenvolvimento desigual e combinado, não podemos deixar de referenciar outro grande intelectual e militante marxista, Leon Trotsky, que em sua obra *A História da Revolução Russa* (1977), principalmente no volume 1, aportou valiosas contribuições para a teoria marxista.

que esta realidade contém, “reconstituindo e encadeando seus momentos sucessivos, sem separá-los da história geral e da vida social” (Lefebvre, 1986a, p. 162). Destarte, o que se revela aos olhos como uma estrutura onde o elemento “arcaico” encontra-se em relação de justaposição ao “moderno” pode ser apreendido como resultado de um processo social com desenvolvimento não-linear, mas sim dialético.

Tendo exposto o que consideramos os pressupostos metodológicos dos principais temas desenvolvidos por Lefebvre, podemos avançar na análise de seu conceito de reprodução das relações sociais de produção e sua inserção na teoria da produção do espaço do autor. A importância e a centralidade destes e outros conceitos relacionam-se a sua perspectiva metodológica, brevemente analisada por nós na primeira parte deste artigo.

Aspectos da Re-produção das Relações Sociais de Produção e da Produção do Espaço

O conceito de reprodução das relações de produção foi formulado pelo autor com o intuito de servir como chave teórica, como “fio condutor, um instrumento intelectual para descrição e a análise crítica do ‘real’” que “possui um alcance global e sintético” (Lefebvre, 1973, p. 6) para o estudo da sociedade capitalista e o complexo processo de produção e reprodução das condições necessárias à sua sobrevivência. A importância deste conceito reside no fato de abarcar a totalidade das relações de produção, não se atendo à reprodução biológica, à reprodução material ou à reprodução espiritual da sociedade. Trata-se, portanto, de um elemento teórico que permite a análise destes processos como parte da totalidade do processo social.

Para Lefebvre, o conceito de “re-produção das relações de produção” é uma “constelação de conceitos” (Ibidem, p. 5), dos quais destaca o cotidiano, o urbano, o espaço e a produção do espaço. Evidentemente, o conceito em questão abrange estes outros conceitos porque é nas realidades que estes buscam designar que a reprodução das relações de produção se realiza.

A problemática da reprodução das relações de produção em Lefebvre tem suas bases em dois eixos: na ampliação do *conceito de produção* para dar conta da realidade contemporânea a seus escritos e na crítica à polissemia do conceito que em Marx e posteriormente a ele, no seio da tradição marxista, possui duplo sentido, um deles amplo e o outro restrito. No entanto, Lefebvre afirma que foi o sentido restrito de “produção” em Marx e Engels o apropriado pelas abordagens economicistas, fazendo com que, correntemente, o conceito deixasse de designar a produção de *obras*, em sentido amplo, limitando-se à produção de produtos/coisas (Lefebvre, 2006, p. 63). Em sua acepção lefebvriana, o conceito não se restringe à produção material, dos meios de produção e das mercadorias, mas

também abarca a produção das relações sociais e sua reprodução⁷. Nas palavras de Lefebvre,

A questão das relações de produção e da sua reprodução não coincide com a da reprodução, segundo Marx, dos *meios* de produção (força de trabalho, maquinaria), nem com a da reprodução *alargada* (crescimento da produção). Está fora de dúvida que, para Marx, a reprodução dos meios de produção e a continuidade da produção material vão a par com a reprodução das relações sociais [...] São aspectos inseparáveis dum processo que comporta simultaneamente movimentos *cíclicos e lineares*, a saber, nexos de causas e efeitos (linearidades), mas também resultados que geram de novo as suas condições e razões (ciclos) (Lefebvre, 1973, p. 8, grifos do autor).

Desse modo, a produção é concebida por ele de maneira ampliada, englobando a produção – não apenas material como também ideológica e cultural –, a circulação, o consumo e a reprodução. Por esse motivo, Lefebvre adota a palavra composta “re-produção”, com o uso do hífen, evidenciando que se trata não apenas da reprodução – como processo repetitivo, de iteração – mas também da produção, da criação de novas relações. Assim, “este conceito designa um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica” (Ibidem, p. 6).

Vejamos melhor porque o conceito de reprodução das relações de produção não coincide com a reprodução dos meios de produção. Este conceito ganha relevo quando o autor coloca a questão da passagem do capitalismo concorrencial para a fase monopolista⁸ e a questão da sobrevivência do capitalismo em geral, apontando para a necessidade de pensar as novas formas de sua reprodução como estratégias que ultrapassam a esfera da produção e reprodução dos meios de produção, superando, portanto, o caráter economicista que essa pro-

⁷ A ampliação do conceito de “produção”, ou seja, a ampliação da realidade que ele designa, não significou, contudo, uma indeterminação e diluição do conceito.

⁸ A rigor, Lefebvre não utiliza o conceito de “capitalismo monopolista”, porém, no livro *A Re-produção das Relações de Produção* (1973) o autor afirma, quando se refere à reprodução, que “o aspecto das relações sociais, só vem a suplantá-lo dos meios de produção pelos fins do século XIX, levantando novos problemas”, pois “é nesse momento que o modo de produção domina os resultados da história, deles se apodera, integra em si próprio os ‘sub-sistemas’ estabelecidos antes do capitalismo [...] sem por isso conseguir constituir-se em sistema coerente, purificado de contradições” (pp. 8-9). Ademais, em outro momento do mesmo livro, refere-se ao âmbito do que foi chamado “capitalismo concorrencial” como o que foi analisado por Marx (pp. 9-10) e, por esse motivo, o pensamento marxiano deveria ser complementado com formações teóricas capazes de apreender a realidade em sua atualidade. Mais adiante, na página 53, Lefebvre refere-se à concentração e centralização do capital como processos “novos” do capitalismo, posteriores a sua fase concorrencial.

blemática tem assumido. Depois de apresentar a dificuldade do tema das relações sociais e de sua reprodução tornar-se objeto de estudo, Lefebvre assevera:

A passagem das considerações respeitantes à reprodução dos meios de produção para aquelas que dizem respeito às relações de produção, isto é, a passagem de um conceito restrito para um conceito lato, exige um esforço singularmente difícil e ainda incompleto (1973, p. 57).

Esta passagem, que nós caracterizamos como correspondente à passagem da fase concorrencial para a fase monopolista, coloca para o capitalismo a necessidade de sua reprodução através de estratégias que vão além da mera reprodução dos meios de trabalho (força de trabalho e maquinaria). Nesse sentido, Lefebvre é claro quando afirma que “o modo de produção capitalista deve se defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção” (2008, p. 47, grifos do original).

Como questão teórica, Lefebvre contrapõe as relações de produção ao modo de produção. A interpretação estruturalista que coloca em primeiro plano este último conceito em detrimento do primeiro é fortemente criticada pelo autor, que aponta para o sentido dogmático de “modo de produção” ao designar uma totalidade fechada dotada de coerência. Contra esta concepção, Lefebvre replica

Sobrepôr modo de produção às relações de produção como a coerência à contradição, essa atitude de uma “prática teórica” tomada em separado tem apenas um sentido: liquidar as contradições, excluir os conflitos (ou pelo menos certos conflitos essenciais), camuflando o que sucede e o que procede desses conflitos (1973, p. 72).

O conceito de reprodução das relações sociais, para Lefebvre, responde à contradição, presente no pensamento marxiano, entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Para Marx (1986), esta contradição, levada ao extremo, desembocaria num período de revolução social. No entanto, como observa Lefebvre, a fase concorrencial foi seguida pela etapa monopolista sem um abalo significativo nos pilares do capitalismo, que se torna dominante e se coloca a tarefa de sua reprodução (Ibidem, p. 22). De fato, “o capitalismo conseguiu atenuar (sem as resolver) durante um século as suas contradições internas e, conseqüentemente, conseguiu realizar o crescimento durante esse século posterior ao *Capital*” (Ibidem, p. 21, grifos do autor). A grande contribuição de Lefebvre para a tradição marxista, no âmbito da análise sobre a reprodução capitalista, reside justamente na resposta à pergunta sobre a forma e os meios que possibilitaram a sobrevivência do capitalismo. Para ele, isso foi possível pela *ocu-*

pação e produção do espaço, lócus de realização das relações sociais, condição para a sua produção/reprodução e, ao mesmo tempo, fruto desse processo.

Destarte, a teoria da produção do espaço de Lefebvre deve ser considerada em sua conexão com o conceito de re-produção das relações sociais e, por óbvio, com a retomada lefebvriana da dialética. É a partir dessa chave analítica e desta abordagem metodológica que Lefebvre constrói sua grande contribuição à tradição marxista, em particular, e às ciências sociais e humanas, em geral.

No que se refere ao método, vale ressaltar, antes de qualquer coisa, que sua teoria da produção do espaço expressa claramente a sua concepção triádica da dialética, contrapondo-se à binária. Em suas palavras,

triplicidade: três termos e não dois. Uma relação a dois termos reduz-se a uma oposição, a um contraste, a uma contrariedade; ela se define por um efeito significativo: efeito de eco, de repercussão, de espelho (2006, p. 40 – tradução da edição do original de 2000).

Além disso, o espaço para Lefebvre exemplifica da melhor forma a relação indissociável entre a lógica e a dialética, pois ao mesmo tempo em que é produto e condição da reprodução das relações sociais – e, portanto, nele se manifestam as contradições e conflitos da sociedade⁹ – é também “ocasião e instrumento duma planificação (ordenamento do território), duma lógica do crescimento” (Lefebvre, 1973, p. 17). Mesmo que não se possa afirmar que o espaço possui uma lógica interna, este se configura como instrumento de busca pela coerência e, nesse sentido, inscreve-se também no âmbito da lógica. Assim, o espaço abstrato – espaço da matemática e da epistemologia, “concebido ou conceitual, global e estratégico” (Lefebvre, 2008, p. 57) – é o espaço da lógica, enquanto o espaço social – o espaço concreto, o espaço utilizado – se insere no domínio da dialética. É interessante notar nesta formulação que a passagem do espaço mental (o espaço abstrato) para o espaço concreto (o espaço social), ou seja, a conexão entre o concebido (o conceito) e o vivido (o real) ocorre pela superação¹⁰ da lógica formal pela lógica dialética.

Nesse sentido, no espaço social é a dialética que evidencia as contradições que este contém e manifesta. Entretanto, o espaço não se mostra dialetizado, não mostra suas contradições, nem os processos que o constituem e o condicionam, portanto, não se revela como produto das relações sociais. Ao contrário, aparece

⁹ Mais adiante veremos que existem também contradições *do* espaço e não apenas *no* espaço, como neste momento buscamos identificar.

¹⁰ Não podemos deixar de lembrar que a superação, em sua concepção hegeliana, não se identifica com a eliminação ou negação total, mas significa uma conservação, uma incorporação e, ao mesmo tempo, uma elevação, uma suspensão, um “fazer cessar” (Hegel *apud* Lefebvre, 1999, p. 19).

como dado, natural, homogêneo¹¹ e puro (Lefebvre, 2008), como se tivesse uma existência própria, em si, independente da ação humana. Com sua teoria da produção (social) do espaço, Lefebvre busca se contrapor a essa concepção, defendendo que o espaço é produto *da* prática social engendrada pelas relações sociais que se efetivam *no* espaço.

Na compilação de textos publicada sob o nome *Espaço e Política*, no ano 1972, Lefebvre apresenta esboços de sua teoria do espaço, que será desenvolvida posteriormente na publicação *A Produção do Espaço* (de 1975). Num dos textos, o autor apresenta as diferentes hipóteses sobre a problemática do espaço para logo defender sua análise crítica sobre a produção do espaço.

A primeira hipótese refere-se ao espaço como forma “pura”, como espaço concebido, destituído de ideologia, abstrato, é o espaço dos matemáticos e dos filósofos. À concepção do espaço apenas como mental, Lefebvre contrapõe a ideia do espaço como espaço social: espaço vivido, usado, concreto, produzido pela prática social engendrada pelas relações sociais (Lefebvre, 2008). Mas o espaço não é apenas o espaço objetivo, materializado, perceptível e plenamente descritível como afirma Lefebvre referindo-se à segunda hipótese. A relação sujeito/objeto da dialética materialista revela-se na negação por Lefebvre destas duas primeiras concepções sobre a produção do espaço.

Sua hipótese é a de que o espaço não é um produto como outro qualquer, um “objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias” (Ibidem, p. 48). Tampouco é apenas um instrumento, um meio para garantir a produção material e o consumo, ou seja, onde se realiza a reprodução dos meios de produção (de acordo com a terceira hipótese apresentada, que se aplica ao capitalismo em sua fase concorrencial e que foi refutada por Lefebvre, como vimos atrás). O espaço, para Lefebvre, está “essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção” (*idem*, p. 48), e por esse motivo o elemento da *simultaneidade* é fundamental para compreender a produção do espaço. Trata-se da simultaneidade de temporalidades *no* espaço e do caráter conjunto-disjunto da sociedade e *do* espaço, que é, ao mesmo tempo, “homogêneo e fraturado” (*idem*, p. 49).

Esta é uma das contradições fundamentais do espaço, produto das relações sociais e da prática social capitalista que o fragmentam— isto é, dividem-no em parcelas para submetê-lo à relação de compra e venda, como valor de troca —, ao mesmo tempo em que o produzem em escala planetária por meio de avanços

¹¹ “O espaço abstrato *não* é homogêneo; ele *tem* a homogeneidade como fim, como sentido como ‘objetivo’. Ele a impõe. Por si mesmo, ele é plural” (Lefebvre, 2006, p. 226, grifos do autor).

técnicos e científicos¹². A contradição na estrutura do espaço, ou seja, entre centro e periferia, decorre de sua fragmentação. O capitalismo necessita da cidade como centro de decisões, de informações e de riqueza, como centro que “organiza o que o rodeia, dispõe e hierarquiza as periferias” (1973, p. 18), no sentido de assegurar o controle da sociedade e a reprodução das relações sociais. Assim, o centro das riquezas é o espaço dominante, enquanto as periferias formam os espaços dominados. O que é importante daqui depreender é que

As contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado (2008, p. 57, grifos do autor).

Este é o espaço a que Lefebvre se refere em sua teoria da produção do espaço: *dialetoizado*, eivado de contradições. Nele, “se consuma a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico” (1973, p. 19).

O processo de produção do espaço é analisado de maneira detalhada e aprofundada a partir desses pressupostos sobre o espaço. A produção do espaço na teoria de Lefebvre opera em três dimensões ou momentos: *prática espacial*, *representações do espaço* e *espaços de representação*. Estes três momentos correspondem à caracterização do espaço como *percebido*, *concebido* e *vivido*.

A primeira dimensão “põe e supõe” o espaço, produzindo-o, “dominando-o e dele se apropriando” (Lefebvre, 2006, p. 39). A *prática espacial* refere-se à dimensão concreta do espaço, isto é, à sua forma de uso, a partir da qual se efetiva a produção e reprodução, assegurando a continuidade de uma relativa coesão. Trata-se de uma “projeção ‘no terreno’ dos aspectos, elementos e momentos da *prática social*” (Ibidem, p. 18, grifos do autor).

O segundo momento é o das *representações do espaço* que estão “ligadas às relações de produção, à ‘ordem’ que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações ‘frontais’” (Ibidem, p. 36). Esta dimensão refere-se ao espaço concebido dos tecnocratas, dos arquitetos, dos urbanistas, dos cientistas, e é espaço dominante, sobrepondo-se ao espaço percebido e ao espaço vivido. As representações do espaço incidem e influenciam na

¹² Lefebvre destaca que esta fragmentação do espaço tem correspondência com a sua fragmentação teórica, isto é, com o recorte do espaço pelas profissões e disciplinas que se apropriam de parcelas deste espaço, tornando-as objeto de seu estudo.

produção do espaço pela construção de um “saber” que se insere num projeto espacial direcionado pelas racionalidades do capitalismo.

O último momento é o dos *espaços de representação*, que “apresentam (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social” (Ibidem, p. 36). É o espaço dos seus usuários, onde têm lugar suas experiências, pessoais e coletivas, é “o espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar” (Ibidem, p. 40). Refere-se às significações que os habitantes ou usuários constroem a partir da materialidade do espaço e de suas representações.

Segundo Lefebvre, a problemática da produção do espaço somente pode ser compreendida a partir da conexão entre as três dimensões que vimos. Estes três momentos influenciam e incidem um sobre os outros, imbricando-se e chegando a se confundir no cotidiano, mas não sem a existência de tensão e conflito. Destarte, esta concepção do espaço social a partir da

triplicidade percebido-concebido-vivido (espacialmente: prática do espaço – representação do espaço – espaços de representação) perde seu alcance caso se lhe atribua o estatuto de um “modelo” abstrato. Ou ela apreende o concreto (e não o “imediatamente”), ou ela tem uma importância apenas reduzida, a de uma mediação ideológica entre muitas outras (Ibidem, p. 41).

O espaço compreendido em sua tridimensionalidade apresenta não apenas o conteúdo material no e do espaço, como também concede relevância e destaque ao que é construído pelo pensamento, aos componentes ou aspectos ideológicos que incidem sobre os elementos e estruturas materiais, assim como ao que é vivido, experimentado. O percebido – da dimensão prática, do mundo sensível –, assim, sofre influência do concebido – formado por uma mescla entre saber e ideologia¹³ – ao mesmo tempo em que o concebido precisa ser previamente percebido para se formar (Ibidem). Simultaneamente, o vivido é dominado e condicionado pelo concebido. Sobre a relação entre as três dimensões, Lefebvre pondera:

Talvez seja preciso ir mais longe e admitir que os produtores do espaço sempre agiram segundo uma representação, ao passo que os “usuários” suportam o que se lhes é imposto, mais ou menos inserido ou justificado em seu espaço de representação (Ibidem, p. 44).

¹³ Segundo Lefebvre (2006), “a ideologia e o saber, mal discerníveis, entram no conceito mais amplo de representação, que suplanta desde logo o de ideologia. Esse conceito pode servir de instrumento (operatório) para a análise de espaços, assim como de sociedades que os geraram e se asseinhorearam deles” (p. 45).

No entanto, o espaço de representação não é totalmente dominado e determinado pelas representações do espaço. A concepção de uma totalidade aberta, formada pelo contraditório, pelo subordinado e pela possibilidade não permite a existência de um espaço total de dominação e por isso a apropriação do espaço apresenta-se como potência revolucionária. O conceito de dominação, portanto, só tem sentido se associado ao conceito de apropriação (Ibidem, p. 134).

Contudo, esta é a apenas uma possibilidade; na prática, a produção e o uso do espaço pertencem, ainda, à dominação. Destarte, “o dominado e o apropriado podem ir juntos. Eles deveriam; mas a história (a da acumulação) é também a história de sua separação, de sua contradição. O dominante o conduz [o arrasta/prevalece]” (Ibidem, p. 135). O espaço abstrato, identificado com as representações do espaço, torna-se o espaço do poder, da classe dominante, do Estado; é o espaço instrumentalizado para servir às exigências da acumulação capitalista. Seu valor de uso corresponde a seu valor político, a sua funcionalidade (Ibidem, p. 226) sendo, portanto, politicamente instrumental. Em suma,

o capitalismo e o neo-capitalismo produziram o espaço abstrato que contém o “mundo da mercadoria”, sua “lógica” e suas estratégias à escala mundial, ao mesmo tempo que a potência do dinheiro e a do Estado político (Ibidem, p. 51).

O poder da burguesia sobre o espaço é duplamente determinado: pela propriedade privada do solo (em função da fragmentação do espaço) e pela “globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado”, levando à contradição inevitável entre o espaço abstrato e o espaço “imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido” (Lefebvre, 2008, p. 57). Nesse sentido, é evidente que o espaço é político.

O poder político produz o espaço e o tempo (Lefebvre, 2006). O papel do Estado na planificação, organização e racionalização do espaço busca garantir a apropriação da cidade pelo capital, que nunca dispensou o espaço para se reproduzir e se valorizar. O espaço não pode ser entendido apenas como o lugar onde se realizam as trocas, onde se vendem e se compram produtos e mercadorias. O espaço mesmo é uma mercadoria, um valor de troca; sob a lógica do capital, a cidade é muito mais *produto* que *obra* (Ibidem). Para Lefebvre, a mercantilização do espaço inicia-se com a industrialização, ou seja,

com a indústria, tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e o valor de uso quase desapareceram inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado

qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, *o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra*. Tudo o que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto (Lefebvre, 2008, p. 83, grifos nossos).

A apropriação privada do espaço, comprado, vendido e consumido como mercadoria, entra em contradição com a sua produção, que é, como vimos, realizada pela prática social e pelas relações sociais. Esta contradição fundamental é negada e obscurecida pela naturalização das relações sociais capitalistas e pelos discursos e práticas que cobrem com um véu de homogeneidade e unidade o que, na verdade, é composto por conflitos e pela separação. Negam-se, assim, os conflitos que formam e são formados pelo espaço.

Considerações finais

O retorno à dialética, frente ao seu esvaziamento pelo dogmatismo – dentro e fora do marxismo –, foi uma das principais preocupações de Lefebvre, que não só revisitou a dialética em Hegel, mas também efetivou uma releitura de Marx e de seus escritos de juventude, indo na contracorrente do marxismo “oficial”, que considerava esses textos, por serem anteriores ao materialismo marxiano, quase metafísicos. Além disso, Lefebvre dedicou sua trajetória intelectual aos temas superestruturais – se é que assim podemos dizer, de acordo com as teorias do marxista italiano Antonio Gramsci – em tempos de predomínio de teorias economicistas e deterministas. Lefebvre teceu duras críticas ao marxismo stalinista, ao marxismo de cunho estruturalista e aos partidos comunistas alinhados à União Soviética, o que lhe custou a expulsão do Partido Comunista Francês, sua marginalização no chamado “marxismo oficial” e, inclusive, a censura. Assim, sua obra foi recusada e renegada por muito tempo não apenas pela sua luta política contra o stalinismo, mas também por sua produção intelectual e os temas que ocuparam seus estudos, além da busca pela valorização dos textos marxianos chamados filosóficos, juntamente com a recuperação da dialética de Hegel em Marx¹⁴.

O conceito de re-produção das relações sociais, por implicar a concepção de totalidade aberta, convida-nos a refletir e formular estratégias de superação deste processo pois, como vimos, não se trata apenas da repetição de contradi-

¹⁴ As informações de cunho biográfico expostas neste artigo foram retiradas da palestra do sociólogo da USP José de Souza Martins, na mesa redonda com o nome *Vinte Anos sem Henri Lefebvre*, do 35º Encontro da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – realizado em Minas Gerais no ano 2011.

ções e relações, mas também da criação de *novas* relações. Nesse sentido, na perspectiva de uma produção em sentido amplo, para Lefebvre,

O estudo da atividade criadora (da produção no sentido mais amplo) conduz à análise da re-produção, isto é, das condições em que as atividades produtoras de objetos ou de obras se re-produzem elas mesmas, re-começam, re-tomam seus elos constitutivos ou, ao contrário, se transformam por modificações graduais ou por saltos (1991, p. 24).

Claramente, o conceito acima referido foge do determinismo e do economicismo, orientando-se pela negação da ideia de linearidade da história e do desenvolvimento capitalista. Nesse mesmo sentido, a teoria da produção do espaço lefebvriana relaciona economia e política, o objetivo ao subjetivo. O espaço onde se produzem e reproduzem as relações sociais é o espaço social, vivido, o espaço da experiência e da *práxis*. No entanto, a produção do espaço no capitalismo tem girado em torno da dominação do espaço social pelo espaço abstrato, que é o espaço onde o valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso e, pela subordinação de todas as esferas da vida social à lógica da mercadoria, o próprio espaço torna-se um produto passível a ser vendido e comprado via mercado.

O capitalismo nunca prescindiu do espaço, pois ele “implica, contém, dissimula *relações sociais*” (Lefebvre 2006, p. 73, grifos do autor). Para Lefebvre, cada sociedade deve produzir seu próprio espaço e, por isto, a *práxis* revolucionária deve ter como objetivo também a transformação do espaço, da vida cotidiana. Em suma, “uma revolução que não produz um espaço novo não vai até o limite de si própria; ela fracassa; ela não muda a vida; ela só modifica superestruturas ideológicas, instituições, aparelhos políticos” (Ibidem, p. 51).

A vida cotidiana e o espaço, *locus* privilegiados da alienação, podem ser o lugar das transgressões. Os acontecimentos de junho do ano de 2013 em todo o Brasil podem ser compreendidos como expressão da contestação do espaço abstrato, construído, organizado e planejado visando a maximização dos lucros do capital, à custa e subordinando do/o espaço social com o auxílio privilegiado do Estado. As contradições do espaço explodiram, tornando evidente que a produção do espaço no capitalismo busca destruir ou subordinar à lógica do capital outras concepções de espaço e tempo que não se alinhem às necessidades e exigências da acumulação capitalista.

Não se configurou como um momento revolucionário e não foram apenas seus resultados que confirmam essa afirmativa. Uma análise mais qualificada e informada poderá, talvez, encontrar esclarecimentos sobre as chamadas “Jornadas de Junho”. No entanto, podemos dizer, com base nas análises de Lefebvre, que hoje se mantêm atuais, que estes acontecimentos adquiriram o sentido de transgressão, de ruptura. Rompeu-se o “silêncio dos usuários” (Lefebvre, 2006,

p. 53). O espaço e o cotidiano passaram a ser, por um tempo, organizados, de certa forma e em certa medida, em função das manifestações e protestos. Deixaram de ser – certamente não para sempre, nem por muito tempo – lugar da alienação e apontaram não apenas para a necessidade de construção de um novo espaço, de novas relações, mas sobretudo deixaram claro que as possibilidades encontram-se justamente nesta realidade, neste tempo.

Referências

- LEFEBVRE, Henri. *A Re-produção das Relações de Produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- _____. Problemas de Sociologia Rural. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução à Crítica da Sociologia Rural*. São Paulo: HUCITEC, 1986a, cap. 5.
- _____. Perspectivas da Sociologia Rural. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução à Crítica da Sociologia Rural*. São Paulo: HUCITEC, 1986b, cap. 6.
- _____. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *El Materialismo Dialéctico*. Ediciones Elaleph.com, 1999. Disponível em: <http://www.infoamerica.org/documentos/pdf/el_materialismo_dialéctico.pfd>.
- _____. *A Produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins do original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, [2000]. Primeira versão: fev. 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>.
- _____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, pp. 17-88.
- LEFEBVRE, Henri & GUTERMAN, Norbert. Introdução aos Cadernos sobre a Dialética de Hegel. In: LENIN, V. I. *Cadernos sobre a Dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.
- MARTINS, José de Souza. Vinte Anos sem Henri Lefebvre. In: *Mesa Redonda Vinte Anos sem Henri Lefebvre – 35º Encontro Anual da ANPOCS*. Minas Gerais, 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=vUbLUYhDhRw>>.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política – Prefácio. In: MARX, Karl. *Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Recebido em setembro de 2014
Aprovado em novembro de 2014